

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

1º QUADRIMESTRE DE 2025

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 1º Quadrimestre do exercício de 2025, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF são publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 41.428.743,42, para uma previsão anual de R\$ 120.512.711,51.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	132.484.732,98	44.158.604,42	106,59%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	18.172.503,12	5.167.088,94	12,47%
Receita de Contribuições	3.196.802,65	1.183.491,53	2,86%
Receita Patrimonial	1.477.205,01	963.247,64	2,33%
Receita de Serviços	184.132,13	71.797,33	0,17%
Transferências Correntes	109.155.982,26	36.636.414,64	88,43%
Outras Receitas Correntes	298.107,81	136.564,34	0,33%
RECEITAS DE CAPITAL	1.410.742,13	2.391.169,34	5,77%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	0,00	76.694,00	0,19%
Amortização de Empréstimos	10.742,13	1.200,34	0,00%
Transferências de Capital	1.400.000,00	2.313.275,00	5,58%
TOTAL	133.895.475,11	46.549.773,76	112,36%
(-) Dedução para o FUNDEB	12.302.763,60	4.293.442,67	10,36%
(-) Outras Deduções da Receita	1.080.000,00	827.587,67	2,00%
TOTAL	120.512.711,51	41.428.743,42	100,00%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, até o quadrimestre, a importância de R\$ 60.247.546,48, que corresponde a 45,64% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplo, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	104.522.966,70	111.648.434,75	56.567.082,21	93,89%
Pessoal e Encargos Sociais	47.939.541,01	50.121.265,49	15.342.508,97	25,47%
Juros e Encargos da Dívida	1.000.100,00	2.263.459,75	963.359,75	1,60%
Outras Despesas Correntes	55.583.325,69	59.263.709,51	40.261.213,49	66,83%
DESPESAS DE CAPITAL	7.202.840,36	16.718.974,56	3.680.464,27	6,11%
Investimentos	5.247.690,44	14.636.974,56	1.598.464,27	2,65%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	1.955.149,92	2.082.000,00	2.082.000,00	3,46%
Res. Contingência	3.756.050,59	3.623.239,76	0,00	0,00%
TOTAL	115.481.857,65	131.990.649,07	60.247.546,48	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada até o 1º quadrimestre, que totalizou R\$ 41.428.743,42 frente a despesa empenhada, R\$ 60.247.546,48, temos um déficit orçamentário de R\$ 18.818.803,06.

No confronto da receita realizada com a despesa liquidada que foi no total de R\$ 34.409.278,07, temos um superávit de R\$ 7.019.465,35.

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, até o período, a importância de R\$ 342.474,26, que corresponde a 6,81% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	3.825.853,86	3.825.853,86	334.294,70	98,49%
Pessoal e Encargos Sociais	2.733.647,11	2.733.647,11	210.394,20	61,44%
Outras Despesas Correntes	1.092.206,75	1.092.206,75	126.900,50	37,05%
DESPESAS DE CAPITAL	1.205.000,00	1.205.000,00	5.179,56	1,51%
Investimentos	1.205.000,00	1.205.000,00	5.179,56	1,51%
TOTAL	5.030.853,86	5.030.853,86	342.474,26	100,00%

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, até o 1º quadrimestre, foi de R\$ 10.097.957,26, para uma previsão de R\$ 26.309.288,49. Ou seja, a receita realizada no 1º quadrimestre do exercício de 2025, representa 38,38% da receita prevista.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	16.441.240,15	7.196.157,49	71,26%
Receita de Contribuições	5.200.084,15	1.503.169,49	14,89%
Receita Patrimonial	9.835.510,09	5.517.537,87	54,64%
Outras Receitas Correntes	1.405.645,91	175.450,13	1,74%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	9.868.048,34	2.901.799,77	28,74%
Contribuições Sociais	5.568.048,34	1.522.858,70	15,08%
Outras Receitas Correntes	4.300.000,00	1.378.941,07	13,66%
TOTAL	26.309.288,49	10.097.957,26	100,00%

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência totalizou, no período, a importância de R\$ 4.270.039,35, que representou 16,23% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	% SOBRE TOTAL EMPENHADA
DESPESAS CORRENTES	14.336.137,52	14.336.137,52	4.270.039,35	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	13.790.000,00	13.790.000,00	3.752.189,16	87,87%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	546.137,52	546.137,52	517.850,19	12,13%
Res. RPPS + Res. Contingência	11.973.150,97	11.973.150,97	0,00	0,00%
TOTAL	26.309.288,49	26.309.288,49	4.270.039,35	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 5.827.917,91.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DO RPPS

31/12/2024	Até 30/04/2025	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
119.769.967,78	126.815.676,26	7.045.708,48	5,88

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do Relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL para o cálculo da Despesa com Pessoal apurado no mês de Abril/2025 é de R\$ 129.569.944,24.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 52.473.376,75, valor este que corresponde 40,50% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está abaixo do limite de alerta:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,30%
- Limite de Alerta: 48,60%

Percentual atual: 40,50%

3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 626.014,02, valor este que corresponde a 0,48% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município possui o valor de R\$ 13.399.285,24 inscrito na Dívida Consolidada até o fechamento do 1º quadrimestre do corrente ano, que corresponde a 10,28% da Receita Corrente Líquida para cálculo do endividamento que é de R\$ 130.325.557,76.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

No período, houve despesa com juros da operação de crédito no valor de R\$ 1.542.773,25 (1,18% da RCL).

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50% da Receita Corrente Líquida durante todo o exercício.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o período avaliado, o Município não contratou operação de crédito.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos, para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional, que totalizou R\$ 25.317.139,83 no período, e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo:

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Saúde	3.797.570,97	15,00
Aplicação em Saúde	6.404.162,28	25,30
Aplicado a Maior em Saúde	2.606.591,31	10,30

3.8 APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e a aplicação está demonstrada no quadro abaixo. Para a educação, a base de cálculo para fins de apuração do cumprimento do limite constitucional é R\$ 25.317.139,83.

	Valor	%
Valor Mínimo a Aplicar em Educação	6.329.284,95	25,00
Aplicação em Educação	5.182.574,96	20,47
Aplicado a Menor em Educação	1.146.709,99	4,53

3.9 APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB

O Município atendeu o dispositivo legal que estabelece que, no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB devem ser aplicados no pagamento de profissionais que atendam os alunos da educação básica. A aplicação do recurso é demonstrada na tabela abaixo:

Receita do FUNDEB no período	11.517.792,72
GASTOS C/ PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.099.604,13
Percentual aplicado em pessoal	70,32%

PREFEITO: FABIEL PORT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: FERNANDO BECKER

CONTADORA: HELENA SARTORI

Três Coroas, 19 de Maio de 2025.